

# COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## PROJETO DE LEI Nº 1.975, DE 2003

Altera dispositivos da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

**Autor:** Poder Executivo

**Relator:** Deputado LUCIANO CASTRO

### I - RELATÓRIO

A proposição sob apreço, por tratar do regime jurídico dos servidores públicos federais, é da autoria do Presidente da República, conforme determina o art. 61, § 1.º, II, c, da Constituição Federal. No caso, o que se propõe é viabilizar a participação de servidores na administração de sociedade cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus membros. O primeiro dos três dispositivos alterados é o que trata da concessão de licença sem remuneração; o segundo é o que considera o período de afastamento como efetivo exercício, exceto para efeito de promoção por merecimento; e o terceiro é o que proíbe o servidor de participar de gerência ou administração de sociedade privada.

A Exposição Ministerial n.º 00183-MP/2003, que justifica o projeto, esclarece que *"o Regime Jurídico dos servidores, em sua redação atual, veda o exercício de qualquer atividade de comércio ou de administração de sociedade civil. Esta vedação genérica acaba abrangendo inclusive as sociedades cooperativas constituídas por servidores públicos para prestar serviços a seus membros, num evidente exagero."* Tal proibição afigurar-se-ia

*"incompatível com a decisão do Governo Federal de instituir a Política Nacional de Cooperativismo, sustentada na importância das cooperativas para o desenvolvimento econômico e social da Nação."*

A única emenda apresentada durante o prazo regimental tem o propósito de incluir as Síndromes (1) de Trombofilia e (2) de Charcot-Marie-Tooth entre as doenças graves, contagiosas ou incuráveis que asseguram ao servidor o direito a aposentadoria por invalidez, com proventos integrais.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A propositura do Poder Executivo, no sentido de prestigiar as cooperativas formadas por servidores, é louvável e até tardia, pois, conforme Nota Técnica do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural, da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, o exercício concomitante de funções públicas e de cargo de direção naquelas entidades, constitui realidade fática irreversível. Há de se aproveitar a oportunidade, portanto, para regularizar a situação de muitos servidores que, de boa fé, vem se dedicando a tais atividades, sem qualquer prejuízo para o serviço público. Para se implementar tal providência, contudo, faz-se necessário adequar a forma do inciso X do art. 117, dispositivo cujas sucessivas alterações tornaram obscuro seu texto. A última de tais modificações, promovida pela Medida Provisória n.º 2.225-45, de 4 de setembro de 2001, ainda pendente de apreciação pelo Congresso Nacional, confere ao dispositivo a seguinte redação:

"Art. 117. ....

X - participar de gerência ou administração de empresa privada, sociedade civil, salvo a participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação do capital social, sendo-lhe vedado exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

....."

No texto acima transcrito identifica-se, primeiramente, a ausência da conjunção alternativa entre as expressões *"empresa privada"* e *"sociedade civil"*. Mais adiante, a expressão *"sendo-lhe vedado..."* revela-se

inadequada, pois parece referir-se à União, quando pretende se referir ao servidor, e também redundante, uma vez que todo o artigo enumera as proibições impostas aos servidores. Evidencia-se, por conseguinte, que o inciso abrange duas situações absolutamente diversas e que merecem tratamento diferenciado.

Mesmo no projeto em apreço identifica-se modificação inadvertida. Da Exposição de Motivos firmada pelo Ministro de Estado do Planejamento consta o seguinte:

*"Fica inalterada a previsão [da] participação, já permitida, nos conselhos de administração ou fiscal das empresas públicas e sociedades de economia mista da União ou de cujo capital social participe, incluindo tal possibilidade, em igualdade de condições, nos conselhos de administração das cooperativas."*

Não há que se falar, portanto, em "sociedade privada", como resultado da fusão (ou confusão) dos termos "empresa privada" e "sociedade civil". Uma vez adequada a redação do dispositivo supra citado, por meio da primeira emenda de nossa autoria, poder-se-á determinar, conforme previsto na segunda emenda, a retroatividade dos efeitos da derrogação da proibição da participação na gerência ou administração de cooperativa de servidores.

Quanto à emenda apresentada pelo Deputado Leonardo Mattos, que trata da aposentadoria de servidores, evidencia-se que a mesma inova em relação à proposta original, sem observar a reserva constitucional de iniciativa inerente à matéria. No mérito, a lógica recomenda que os vários regimes de previdência social, nada obstante suas peculiaridades, considerem incapacitantes as mesmas enfermidades. Cabe, portanto, realizar uma análise comparativa entre (1) as moléstias que excluem a exigência de carência para a concessão de aposentadoria por invalidez aos segurados do Regime Geral de Previdência Social - RGPS e (2) as doenças que asseguram aos servidores públicos federais a aposentadoria por invalidez, com proventos integrais. Procedendo a tal análise, constata-se enorme coincidência entre as doenças enumeradas pelo art. 1.º da Portaria Interministerial MPAS/MS n.º 2.998, de 23 de agosto de 2001, e aquelas relacionadas no § 1.º do art. 186 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990. As discrepâncias se resumem à contaminação por radiação e à hepatopatia grave, consideradas apenas pelo RGPS, e à esclerose múltipla, que consta, exclusivamente, do regime previdenciário específico dos servidores públicos.

Por conseguinte, no que diz respeito ao rol de moléstias que dão aos servidores o direito a se aposentarem por invalidez, com proventos integrais, consideramos lógico que se mantenha, tanto quanto possível, consonância com o regime geral de previdência social.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei n.º 1.975, de 2003, com as duas emendas anexas, de nossa autoria, e pela rejeição da Emenda n.º 01/03.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2004.

Deputado Luciano Castro  
Relator

# COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## PROJETO DE LEI N.º 1.975, DE 2003

Altera dispositivos da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

### EMENDA DO RELATOR N.º 1

Dê-se ao art. 1º do projeto, na parte que altera o art. 117, X, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

Art. 117. ....

.....

X - exercer:

a) a *gerência ou a administração, ainda que compartilhadas, de empresa privada ou sociedade civil, salvo:*

1. a *participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação do capital social;*

2. em *sociedade cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus membros;*

b) o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou  
comanditário;

....." (NR)

Sala da Comissão, em        de        de 2004.

Deputado Luciano Castro

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

**PROJETO DE LEI N.º 1.975, DE 2003**

Altera dispositivos da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

**EMENDA DO RELATOR N.º 2**

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

*"Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a 1º de janeiro de 1991 os efeitos da redação atribuída ao art. 117, X, a, 2, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990."*

Sala da Comissão, em                      de                      de 2004.

Deputado Luciano Castro